



SANASA CAMPINAS INVESTIR NO SOCIAL E NO AMBIENTAL É COLOCAR A VIDA EM PRIMEIRO LUGAR

A Sanasa atende mais de 83 mil famílias com a tarifa social. No último ano, com a pandemia, 26 mil famílias foram beneficiadas com a isenção da tarifa. Já na área ambiental, os investimentos e a preocupação com os nossos mananciais não param. Em 2021, foram investidos mais de 185 milhões de reais, 47% superior ao investimento realizado em 2020. A Sanasa foi a primeira empresa municipal a adotar a utilização de membranas de ultrafiltração no processo de tratamento de esgoto. Hoje, Campinas conta com duas estações produtoras de água de reúso: EPAR Boa Vista e EPAR Capivari II, que recebem o esgoto bruto e devolvem ao rio um efluente com 99% de grau de pureza. Responsabilidade social e ambiental: é a vida em primeiro lugar.



Demonstrações Financeiras 2021

 sanasaoficial
 sanasacampinas


A vida em primeiro lugar

 PREFEITURA DE
CAMPINAS

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br



Sede Administrativa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das notas explicativas, parecer do Conselho Fiscal, relatório dos auditores independentes e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensagem da Administração

O ano de 2021 ainda foi fortemente impactado pela pandemia da COVID-19, que impôs grandes desafios sem precedentes em quase cinco décadas de nossa história. Mas graças ao comprometimento e dedicação de nossos 2.131 empregados próprios e 1.314 empregados terceirizados, estamos sendo capazes de superar essas dificuldades, concentrando-nos em oferecer a melhor solução de saneamento para a população do município de Campinas.

A receita operacional líquida da Companhia apresentou um crescimento de 4,88% em relação ao ano anterior, no passo que o EBITDA registrou uma retração de 3,42%, influenciado principalmente pelo aumento da inadimplência dos consumidores e pelo fato de não termos reajustado as tarifas de água, esgoto e serviços no ano de 2021.

A lucratividade e rentabilidade também foram impactadas negativamente em decorrência do aumento significativo nos preços dos insumos de produção, com destaque para a energia elétrica, combustíveis e produtos químicos para tratamento, levando-nos a adotar diversas medidas para a gestão de gastos, que incluiu a vedação de aumentos decorrentes de dissídio coletivo.

No tocante ao relacionamento com os clientes, mantivemos a isenção da cobrança da tarifa de água e esgoto para as famílias de baixa renda, cadastradas na tarifa social, que consomem até 10 metros cúbicos, beneficiando uma população de cerca de 82 mil habitantes.

A busca da SANASA pela universalização do saneamento no município de Campinas foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos de mais de R\$ 185 milhões em 2021. Foram quase 10 mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de 8 mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto. Para assegurar a universalização do saneamento e a excelência na prestação dos serviços de saneamento, o Conselho de Administração da SANASA aprovou o plano de investimentos para os próximos cinco anos, com aportes que serão suportados pela geração de caixa da Companhia e pela captação de recursos no mercado.

Chegamos ao final de 2021 preparados para demonstrar nossa capacidade de geração de valor aos *stakeholders*. O ano de 2022 também será de superação, mas estamos convictos de que temos a força necessária para vencer os desafios, mantendo o compromisso de contribuir para a qualidade de vida da população de Campinas e região.

1. Perfil Corporativo

A SANASA é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (98,61%) e Capivari (1,39%) para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99,81% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento que possuem capacidade de tratamento de até 4.600 litros/segundo. O volume de água potável produzido em 2021 foi de mais de 102 milhões de metros cúbicos, transportado por meio de 4.771,75 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 73 reservatórios distribuídos pela cidade (26 elevados e 47 semienterrados), com capacidade total de 142.098,37 m³. Esse sistema contempla 374.749 ligações de água e 527.902 economias, todas equipadas com hidrômetros.

Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atende a 96,42% da população urbana da cidade, com 347.612 ligações e 481.954 economias, por meio de 4.428,59 km de redes, emissários e interceptores, além de 109 Estações Elevatórias de Esgoto, 21 Estações de Tratamento de Esgoto e 2 Estações de Produção de Água de Reúso (EPAR). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 95%, e do esgoto coletado, 89,94% são tratados.

Indicadores	Quantidade	Unidade
Gerais		
População do Município de Campinas (*)	1.223.237	Habitantes
Número de Empregados Próprios (SANASA) em 31/12/2021	2.131	Funcionários
Número de Empregados Terceirizados em 31/12/2021	1.314	Funcionários
Agências de Atendimento ao Público	11 fixas e 2 móveis	Unidade
Água		
População Atendida com Água	99,81%	Percentual
Economias de Água	527.902	Unidade
Ligações de Água	374.749	Unidade
Extensão da Rede de Água	4.771,75	km
Volume de Água Captada e Bombeada (acumulado em 2021)	108.686.479	m³
Volume de Água Tratada e Distribuída (acumulado em 2021)	102.307.653	m³
Volume de Outorga Rio Atibaia	4.700	l/s
Volume de Outorga Rio Capivari	366,67	l/s
Captações de Água	2	Unidade
Estações de Tratamento de Água (ETAs)	5	Unidade
Capacidade de Tratamento das ETAs	4.600	l/s
Estação de Tratamento de Lodo de ETAs (ETL)	1	Unidade
Centros de Reservação e Distribuição	42	Unidade
Reservatórios	73	Unidade
Volume de Reservação	142.098,37	m³
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	20,57%	Percentual
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	11,76%	Percentual
Esgoto		
População Atendida com Coleta e Afastamento de Esgoto	96,42%	Percentual
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	Percentual
Índice de Tratamento de Esgoto	89,94%	Percentual
Economias de Esgoto	481.954	Unidade
Ligações de Esgoto	347.612	Unidade
Extensão da Rede de Esgoto	4.428,59	km
Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs)	109	Unidade
Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	21	Unidade
Estações de Produção de Água de Reúso (**)	2	Unidade

* Estimativa IBGE 2021

** 1 em fase de operação e 1 em fase de pré-operação

2. Desempenho Econômico-financeiro

A receita operacional líquida apresentou um acréscimo de 4,88%, quando comparada ao ano de 2020, influenciada, principalmente, pela flexibilização do Plano São Paulo contra a COVID-19, que resultou no retorno das aulas presenciais das escolas estaduais, municipais e particulares do Estado de São Paulo, a partir de 02/08/2021, além do fim das restrições de horários e capacidade de ocupação das atividades de comércio e prestação de serviços, a partir de 17/08/2021.



A estrutura tarifária da Companhia é dividida em categorias residencial, comercial, pública e industrial. A receita é composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais no município de Campinas, representando 67,99% das receitas de água e 66,31% das receitas de esgoto.



O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R\$ 243.884 mil em 2021, contra R\$ 252.513 mil no ano anterior, o que representa uma redução de 3,42%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 25,63% em 2021, ante 27,83% em 2020. Esse resultado é decorrente da retração das outras receitas operacionais em 29,93%, pelo reconhecimento da habilitação do crédito referente ao indébito tributário gerado pelo processo da imunidade tributária federal, junto à Receita Federal do Brasil, em 12/05/2020, através do processo administrativo nº 10166.724116/2020-51, no valor de R\$ 25.976 mil. Soma-se a isso, o fato de a Companhia não ter reajustado suas tarifas de água, esgoto e preços públicos dos demais serviços em 2021, diante da crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus. Vale ressaltar que a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá publicou, em 29 de dezembro de 2021, a Resolução ARES-PCJ nº 409, que reajusta os valores das tarifas da Companhia em 15,92%, a partir de fevereiro de 2022.

Reconciliação do EBITDA (R\$ mil)	2018	2019	2020	2021
Resultado Líquido do Exercício	162.534	179.185	146.914	93.096
(±) Tributos sobre o lucro	13.330	15.466	9.340	6.400
(+) Resultado financeiro	50.757	52.529	21.865	73.076
(+) Depreciações e amortizações	59.979	75.872	74.394	71.312
(=) EBITDA	286.600	323.052	252.513	243.884
(+) Receita Operacional Líquida	918.125	970.090	907.244	951.540
(=) Margem EBITDA (%)	31,22%	33,30%	27,83%	25,63%

A SANASA registrou uma diminuição de 36,63% no lucro líquido, que foi de R\$ 93.096 mil em 2021 (R\$ 146.914 mil em 2020). A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 9,78%, ante uma margem líquida de 16,19% apurada no ano de 2020.



Em 2021, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 25,44%, frente ao índice de 30,76% registrado no ano anterior.



A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 16,73%, ante uma rentabilidade de 26,51% obtida no ano anterior.



A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 16,00%, passando de R\$ 596.074 mil em 2020, para R\$ 691.465 mil em 2021. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, também foi ampliada de 2,36 vezes, em 2020, para 2,84 vezes em 2021.



O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 5,92% em 2021, superior ao índice de 4,77% apurado em 2020, em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19.



3. Investimentos (CAPEX)

A SANASA realizou um montante de investimentos de R\$ 185.132 mil em 2021, superior em 46,55% ao valor efetivado no ano anterior (R\$ 126.329 mil), sendo 71,83% destinados às obras de abastecimento de água, 22,90% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 5,27% restantes aplicados em outros investimentos.

Nos sistemas de abastecimento de água foram investidos R\$ 132.976 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): execução da subadutora PUCC e derivações; reservatório e CRD Carlos Lourenço; execução de obra de rede de distribuição de água no Instituto Biológico e Parque Ecológico; substituição de redes nos bairros Jardim Independência, Jardim Garcia, Vila Pe. Manoel da Nóbrega, Jardim Paulicéia, Jardim São Vicente, Jardim São Pedro, Jardim São Gabriel, Vila Tupi, Vila Georgina, Jardim Samambaia, Jardim Esmeraldina, Jardim Dom Vieira, Jardim Leonor, Bonfim, Jardim Botafogo, Vila Castelo Branco, Parque Imperial e na Av. Luiz de Tella no Distrito de Barão Geraldo.

No que se refere aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto foram investidos R\$ 42.401 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista; Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) San Conrado; execução de rede coletora de esgoto no loteamento Novo Gramado; execução de remanejamento de redes e ligações de esgoto interferentes com as obras do BRT (Corredores Campo Grande e Ouro Verde); execução de rede de esgoto e direcionamento ao sistema de tratamento no bairro Chácara Santo Antonio do Maracaju; execução do interceptor de esgoto do Jardim Santa Marcelina e Estação Elevatória de Esgoto com linha de recalque e prolongamento de rede de esgoto no Jardim Satélite Iris (sub-bacia 6).

Em 31/12/2021, o imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R\$ 1.247.680 mil.

4. Desempenho Operacional

Em 2021 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 87.310 mil m³, 4,85% superior ao apurado no ano de 2020. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,57% em 2021, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (40,14%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2020). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 11,76% em 2021, também inferior à média de perdas de 37,54% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

5. Relacionamento com os Colaboradores

O número de empregados da SANASA contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que era de 2.216 no encerramento do exercício de 2020, passou para 2.131 em dezembro de 2021, representando uma redução de 3,84%. Em 2021, 141 empregados se desligaram da Companhia, sendo 57,45% através do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que se trata de um importante instrumento para valorização e reconhecimento da dedicação e história de cada empregado.

Em sua maioria os empregados são do gênero masculino, brancos e possuem, em média, 46 anos de idade. O tempo médio dos empregados na Companhia é de 16 anos. As mulheres representavam 19,10% do total de empregados e ocupavam 31,43% dos cargos de liderança. Já os negros e pardos ocupavam 27,12% do efetivo e 5,71% dos cargos de liderança. Além disso, a Companhia propicia oportunidade de trabalho a 35 estagiários e 58 jovens aprendizes. A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2021 foi de 4,62%.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia está sujeita a uma Política para Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/12/2018, que se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor, nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003. A referida política disciplina os procedimentos de contratação envolvendo a atual empresa de auditoria independente para a realização de serviços extra auditoria, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário. Tal documento define, ainda, uma lista de serviços não relacionados à auditoria externa cuja contratação é vedada.

Em 2021, a SANASA pagou à Tatitica Auditores Independentes S.S. uma remuneração total de R\$ 64,4 mil, sendo: R\$ 52,4 mil para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras; e R\$ 12 mil pela auditoria do relatório de sustentabilidade e balanço social do exercício de 2020. A Tatitica Auditores Independentes S.S. nos comunicou que a prestação do serviço não relacionado à auditoria das demonstrações financeiras não afetou a sua independência e integridade necessárias à execução dessa atividade.

www.sanasa.com.br

continua >>>



Estação Produtora de Água de Reusa - FPAR Borá Vista

continuação >>>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.168	2.572	Empréstimos e financiamentos	14	116.779	126.069
Aplicações financeiras	5 e 10	82.826	16.657	Fornecedores		45.190	48.126
Contas a receber e fornecimentos a faturar	6 e 16	207.024	194.926	Salários e encargos sociais	17	54.040	71.268
Estoques	7	16.670	32.745	Impostos e contribuições a recolher	15	19.704	15.321
Impostos e contribuições a compensar	8	3.197	36.518	Provisões para benefícios a empregados	18	13.288	19.981
Antecipações salariais		3.286	2.759	Dividendos e JCP a pagar	21	28.346	-
Despesas antecipadas		681	898	Receitas diferidas	20	10.251	11.546
Outras contas a receber		131	217	Débito faturamento residencial - ARES PCJ 352/2020		2.131	11.353
Total do Ativo Circulante		315.983	287.292	Outras contas a pagar		5.878	9.531
NÃO CIRCULANTE				Total do Passivo Circulante		295.607	313.195
Realizável a Longo Prazo				NÃO CIRCULANTE			
Bancos - Contas vinculadas	5 e 10	13.034	18.106	Empréstimos e financiamentos	14	659.680	489.234
Contas a receber de clientes	6 e 16	78.632	75.724	Tributos parcelados	15	-	76
Ativos fiscais diferidos	9	8.360	8.139	Tributos diferidos	26	11.327	11.588
Depósitos judiciais	11	29.603	29.335	Receitas diferidas	20	159.502	169.783
Outras contas a receber		980	410	Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	19	3.715	3.992
Total do Realizável a Longo Prazo		130.609	131.714	Provisões para benefícios a empregados	18	30.876	28.939
Investimentos		252	261	Outros		1.466	1.236
Imobilizado		1.247.680	1.125.238	Total do Passivo Não Circulante		866.566	704.848
Intangíveis		28.043	26.202	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do Ativo Não Circulante		1.406.584	1.283.415	Capital social realizado	21	453.185	453.185
TOTAL DO ATIVO		1.722.567	1.570.707	Reservas de capital		3.399	3.399
				Reservas de lucros	21	79.167	96.080
				Dividendo adicional proposto	21	26.659	-
				Outros resultados abrangentes		(2.016)	-
				Total do Patrimônio Líquido		560.394	552.664
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.722.567	1.570.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto, resultado por ação em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas de Vendas e Serviços	22	951.540	907.244
Custos dos Serviços Vendidos	23	(528.598)	(511.999)
Resultado Bruto		422.942	395.245
Despesas/Receitas Operacionais			
Despesas com vendas	23	(106.353)	(83.799)
Despesas administrativas	23	(182.932)	(188.862)
Outras despesas/receitas operacionais	25	38.915	55.535
		(250.370)	(217.126)
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		172.572	178.119
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	24	27.654	57.610
Despesas financeiras	24	(100.730)	(79.475)
		(73.076)	(21.865)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		99.496	156.254
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	15	(6.683)	(10.749)
Diferido	15	283	1.409
		(6.400)	(9.349)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21	93.096	146.914
Resultado por ação ordinária-básico e diluído		0,21	0,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de Lucros					Lucros (Prejuízos) Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
		Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Incentivos Governamentais	Para Investimentos	Legal				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		453.185	3.399	11.395	79.393	8.390	-	-	-	555.762
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	146.914	-	-	146.914
Destinação do resultado do exercício:										
Incentivos governamentais		-	-	11.347	-	-	(11.347)	-	-	-
Reserva legal	21	-	-	-	-	6.778	(6.778)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(7.727)	-	-	(7.727)
Dividendos e juros de capital próprio	21	-	-	-	(40.003)	-	(102.282)	-	-	(142.285)
Reserva de lucros para investimentos	21	-	-	-	18.780	-	(18.780)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		453.185	3.399	22.742	58.170	15.168	-	-	-	552.664
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	93.096	-	-	93.096
Destinação do resultado do exercício:										
Ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	-	(2.215)	(2.215)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais		-	-	-	-	-	-	-	199	199
Incentivos governamentais		-	-	11.587	-	-	(11.587)	-	-	-
Reserva legal	21	-	-	-	-	4.075	(4.075)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(4.646)	-	-	(4.646)
Dividendos e juros de capital próprio	21	-	-	-	(55.004)	-	(23.700)	-	-	(78.704)
Dividendo adicional proposto	21	-	-	-	-	-	(26.659)	26.659	-	-
Reserva de lucros para investimentos	21	-	-	-	22.429	-	(22.429)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		453.185	3.399	34.329	25.595	19.243	-	26.659	(2.016)	560.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
1 - RECEITAS	1.013.838	985.890
1.1) Abastecimento de água e saneamento	948.297	903.227
1.2) Prestação de serviços	38.816	35.394
1.3) Redes de água e esgoto	5.577	7.820
1.4) Outras receitas (despesas) operacionais	38.915	55.535
1.5) Receitas relativas à construção de ativos próprios	28.477	9.613
1.6) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(46.244)	(25.699)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(275.398)	(249.766)
2.1) Matérias-primas consumidas	(29.242)	(29.017)
2.2) Custos dos serviços vendidos	(185.213)	(156.053)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(60.943)	(64.696)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	738.440	736.124
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(71.312)	(74.394)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	667.128	661.730
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	27.653	57.610
6.1) Receitas financeiras	27.653	57.610
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	694.781	719.340
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	694.781	719.340
8.1) Empregados	363.065	368.318
8.1.1) Remuneração direta	259.537	261.644
8.1.2) Benefícios	84.823	87.040
8.1.3) F.G.T.S.	18.705	19.634
8.2) Tributos	123.188	119.316
8.2.1) Federais	114.929	111.647
8.2.2) Estaduais	3.192	2.770
8.2.3) Municipais	5.067	4.899
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	115.432	84.792
8.3.1) Juros	73.974	55.952
8.3.2) Aluguéis	14.702	5.317
8.3.3) Outras despesas financeiras	26.756	23.523
8.4) Remuneração de capitais próprios	93.096	146.914
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	23.700	24.734
8.4.2) Dividendos	31.305	85.275
8.4.3) Lucros Retidos	38.091	36.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixas das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	99.496	156.254
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e amortizações	71.312	74.395
Custo das baixas do ativo imobilizado	212	111
Provisão para perdas na realização de créditos	40.198	25.465
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.046	234
Tributos diferidos e a compensar	(472)	(1.409)
Juros sobre financiamentos	85.500	61.440
Subvenções governamentais realizadas	(11.584)	(11.347)
Encargos financeiros antecipados	1.476	1.478
Encargos financeiros sobre arrendamentos	2.763	3.891
Juros sobre tributos parcelados	207	819
Variações monetárias sobre financiamentos	9.400	7.024
Ajustes dos planos de benefícios a empregados	(2.015)	-
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(277)	463
	302.262	318.818
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimentos a faturar	(63.310)	(33.470)
Estoques	16.075	(14.785)
Contas a pagar fornecedores	(30.433)	(22.033)
Contas a pagar a empregados ou por conta de empregados	(33.254)	(3.732)
Despesas antecipadas	(366)	(30)
Juros pagos	(82.503)	(60.104)
Imposto de renda e contribuição social	31.012	(50.552)
Depósitos vinculados	5.072	(7.686)
	(157.707)	(192.392)
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	144.555	126.426
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento		
Compra de ativo imobilizado	(185.132)	(126.329)
Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimento	(185.132)	(126.329)
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento		
Financiamentos obtidos	409.285	189.989
Arrendamentos	29.502	-
Encargos financeiros	(7.672)	-
Pagamentos de dividendos	(55.004)	(160.013)
Amortizações de financiamentos	(245.835)	(48.884)
Pagamento de arrendamentos financeiros	(23.934)	(9.392)
Subvenções governamentais	-	295
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Atividades de Financiamento	106.342	(28.005)
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	65.765	(27.908)
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	19.229	47.137
Saldo Final do Caixa e Equivalentes de Caixa	84.994	19.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2 BASE DE PREPARAÇÃO**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 25 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 5, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br



Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Barão Geraldo

continuação >>>

valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo por meio do Resultado" que abrangem caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 28.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído ao custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento em relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor abaixo de 5 mil dólares). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra do bem, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia mensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou a mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Natureza dos arrendamentos da Companhia:

A Companhia arrenda uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Capivari), com duração de 20 anos, no montante líquido de R\$ 39.502 (passivo de arrendamento). O contrato deste arrendamento prevê que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação. No fim deste contrato todos os bens passarão a pertencer à Companhia, no estado que se encontram, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de tratamento de esgoto do Capivari, esta reversão será gratuita e automática, livre de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia também aluga veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operatrizes, e equipamentos, no montante líquido de R\$ 41.067. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado no final do contrato.

O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O arrendador deve substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, quando completarem 120.000 quilômetros percorridos por outros veículos zero quilômetro nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Previdência privada;
- Assistência médica;
- Indenização por aposentadoria por invalidez;
- Auxílio funeral;

Os referidos benefícios estão descritos na nota explicativa nº 18.

i) Redução ao valor recuperável - Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando satisfazer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k.2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k.2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k.3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos deve ser apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado.

A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do pronunciamento técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela Deliberação CVM nº 646/10.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária, conforme mencionada na nota explicativa nº 19.4 (d).

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o.1) IFRIC 22/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos da Companhia estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novas normas, alterações e interpretações em vigor para exercícios iniciados em (após) 01 de janeiro de 2021:

Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não Circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 3 - Referências à estrutura conceitual: Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é

efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2, Divulgação de Políticas Contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalente de caixa.....	2.168	2.572
Total	2.168	2.572

Os valores equivalentes de caixa referem-se a depósitos bancários.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos circulantes		
Aplicações financeiras.....	82.826	16.657
Subtotal de aplicações financeiras circulantes	82.826	16.657
Investimentos não circulantes		
Aplicações financeiras.....	13.034	18.106
Subtotal de aplicações financeiras não circulantes	13.034	18.106
Total de aplicações financeiras	95.860	34.763

Esses ativos financeiros referem-se basicamente a fundos de renda fixa e aplicações em fundos de investimentos.

Essas aplicações financeiras em rendas fixas são remuneradas por taxas variáveis de 77,79% a 99,28% do CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6 CONTAS A RECEBER E FORNECIMENTOS A FATURAR		
	31/12/2021	31/12/2020

Circulante		
Água e esgoto - consumidores.....	203.345	192.228
Água e esgoto - partes relacionadas.....	3.868	3.232
Contratos de prestação de serviços - consumidores.....	19.164	17.200
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas.....	8.274	8.321
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores.....	25.270	18.886
259.921	239.867	

Menos:		
Provisão para perdas (Lei 9.430/96).....	(20.363)	(19.136)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.....	(27.612)	(21.566)
Ajustes a valor presente.....	(4.922)	(4.239)
(52.897)	(44.941)	

Saldo líquido de contas a receber Circulante.....

Não circulante		
Contratos de prestação de serviços - consumidores.....	4.115	3.306
Contratos de prestação de serviços - partes relacionadas.....	60.209	68.183
Contratos de parcelamento de débitos de consumidores.....	32.943	23.525
97.267	95.014	

Menos:		
Ajustes a valor presente.....	(18.635)	(19.290)
Saldo líquido de contas a receber Não Circulante	78.632	75.724
Total	285.656	270.650

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a vencer.....	284.716	274.006
Créditos em atraso de 1 mês.....	24.960	23.168
Créditos em atraso acima de 01 mês até 3 meses.....	11.468	8.177
Créditos em atraso acima de 03 meses até 6 meses.....	12.277	8.514
Créditos em atraso acima de 6 meses até 12 meses.....	19.984	13.083
Créditos em atraso acima de 12 meses.....	3.783	7.933
Subtotal	357.188	334.881
(-) Provisões.....	(47.975)	(40.702)
(-) Ajuste a valor presente.....	(23.557)	(23.529)
<		



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br



Estação de Tratamento de Água - ETA 1 e 2

continuação >>>

b) Caixa Econômica Federal - FIF Capital RF LP Prossaneamento Reserva: Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento, cujos recursos destinam-se à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

c) Caixa Econômica Federal - Programa Saneamento Para Todos: Conta de titularidade da SANASA, não movimentável por seu titular, a ser mantida por meio de bloqueio durante todo o período de vigência dos contratos de financiamento do Programa de Saneamento Para Todos, cujos recursos se tratam de contrapartida de 10% do valor total do investimento, destinados à regularização de eventual inadimplemento. Os resgates se darão quando da amortização total da dívida de cada contrato.

d) Banco Fibra - Carta Fiança nº FP 0165220: Conta de aplicação financeira CDB no montante de R\$ 7.167 referente ao citado contrato de prestação de fiança bancária, com o fim específico de garantir o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas pela SANASA nos Autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal de Compensação de Pis e Cofins nº 5006934-81.2020.4.03.6105, ajuizada pela Companhia em face da União Federal - Fazenda Nacional perante o juízo da 4ª Vara Federal de Campinas/SP, que tem por objeto a nulidade do débito fiscal decorrente dos processos de créditos nºs 10830.722.072/2014-04, 10830.722.077/2014-29, 10830.722.106/2014-52, 10830.722.109/2014-96, 10830.722.114/2014-07, 10830.722.221/2014-27, 10830.722.456/2014-19, 10830.722.458/2014-16, 10830.722.519/2014-37,

10830.722.734/2014-38, 10830.722.738/2014-16. Esta aplicação foi resgatada no dia 29 de janeiro de 2021.

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos de processos judiciais (a).....	25.931	24.856
Depósitos recursais - FGTS.....	1.811	1.809
Depósitos judiciais - processos cíveis.....	1.233	2.056
Depósitos judiciais - Auto INSS.....	628	614
Total	29.603	29.335

a) Em 21/08/2020, foi efetuado um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 22.639, referente à Ação Anulatória de Débito Fiscal (proc. nº 5006934-81.2020.4.03.6105), nos termos do item c2 da nota explicativa 19.4, o qual está pendente de julgamento. Em 13/11/2020 efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 448, referente à Ação Anulatória de Débito Fiscal (proc. nº 5011857-53.2020.4.03.6105), nos termos do item n da nota explicativa 19.4, o qual está pendente de julgamento. Em 16/11/2020 efetuou um novo depósito judicial, atualizado até esta data em R\$ 2.387, referente ao Processo Judicial de Tutela Antecipada Antecedente (proc. nº 5011221-87.2020.4.03.6105), nos termos do item m.1 da nota explicativa 19.4, o qual está pendente de julgamento.

a) As vidas úteis dos edifícios e dos sistemas de água de 50 anos e das máquinas operatrizes de 10 anos foram revisadas conforme o pronunciamento CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, com exceção das edificações pertencentes aos sistemas de esgoto que permanecem com o tempo de vida útil de 25 anos. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após a adoção desse pronunciamento, a partir de 01 de janeiro de 2010, foi de R\$ 70.647, ou seja, R\$ 8.372 inferior ao valor de R\$ 79.019, caso a Companhia não tivesse efetuado essa mudança.

b) O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2021 foi de R\$ 180.890 (R\$ 121.467, em 2020).

c) Provisão para redução ao valor recuperável: foi desenvolvido um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentaram margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, concluiu-se não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

d) A Companhia possui contratos de arrendamento de: **a)** Uma Estação de Tratamento de Esgoto, denominada ETE Capivari, no valor líquido de R\$ 24.217, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta meses), sendo que o início dos pagamentos ocorreu em novembro de 2009 com transferência plena dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato e; **b)** Veículos, máquinas operatrizes e equipamentos, no montante de R\$ 18.697, R\$ 20.119 e R\$ 722, respectivamente. A vigência destes contratos de direito de uso, não ultrapassa o período de 5 (cinco) anos. Ao final destes contratos, os bens são devolvidos aos arrendadores.

e) Os juros capitalizados são oriundos de financiamentos obtidos junto à CAIXA com juros que variam de 6,5% a 6,7% ao ano, para obras dos sistemas de água e esgoto.

Composição da capitalização dos juros por obras:

	31/12/2021	31/12/2020
Banco / Obras		
CAIXA - ETE Boa Vista.....	2.625	2.199
CAIXA - Construção de Reservatórios Metálicos.....	-	395
CAIXA - Sistema Esgotamento Sanitário bairro São Conrado..	207	92
CAIXA - Subadutora Ozil e Monte Cristo.....	-	2
CAIXA - Sistema Esgotamento Sanitário DIC.....	-	3
CAIXA - Sistema Esgotamento San Rafael.....	2	5
CAIXA - Sistema Esgotamento Arboreto.....	10	5
CAIXA - Centro de Reservação e Distribuição - CRD Carlos Lourenço.....	16	4
CAIXA - Centro de Reservação e Distribuição - CRD Erbolato.....	-	1
CAIXA - Centro de Reservação e Distribuição - CRD Nova Europa.....	-	1
CAIXA - Remanejamento Rede de Água Av. Luiz de Tella e Chácara Sta. Margarida.....	221	6
CAIXA - Troca de Redes de Água Vila Independência, Tácito Camargo e Antonio Pierozzi.....	228	6
CAIXA - Troca de Redes de Água Jd. Garcia, Pe. Manuel da Nóbrega e Jd. Paulicéia.....	164	4
CAIXA - Troca de Redes de Água Bairros S. Vicente, S. Pedro, S. Gabriel, Tupi e outros.....	189	5
CAIXA - Troca de Redes de Água Jd. Dom Bosco, Jd. Leonor e Bonfim.....	176	5
CAIXA - Troca de Redes de Água Jd. Botafogo e Castelo Branco.....	190	5
CAIXA - Sistema Esgotamento Sanitário Núcleo Residencial Santo Antonio.....	52	9
CAIXA - Coletor Tronco Bairro Gramado e Prolong. Rede Coletora Inst. Biológico.....	22	1
CAIXA - Subadutora da PUC e Derivações.....	262	17
CAIXA - Interceptor de esgoto Jardim Santa Marcelina.....	10	-
CAIXA - Expansão do sistema de esgotamento Capivari II.....	53	-
Total	4.427	2.765

13 ATIVO INTANGÍVEL

O Intangível apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	% - Taxa média anual amortização	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso de software.....	20%	42.031 (30.666)	11.365	9.945
Permissão de uso de solo.....	4%	22.010 (5.332)	16.678	16.257
Total Intangível		64.041 (35.998)	28.043	26.202

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	% - Taxa média anual amortização	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso de software.....	20%	39.013 (29.068)	9.945	8.263
Permissão de uso de solo.....	4%	20.777 (4.520)	16.257	15.618
Total Intangível		59.790 (33.588)	26.202	23.881

Movimentação do custo do ativo intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2020
Direito de uso de software.....	42.031	3.018	-	-	39.013
Permissão de uso de solo.....	22.010	1.233	-	-	20.777
Total Intangível	64.041	4.251	-	-	59.790

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso de software.....	39.013	3.489	-	-	35.524
Permissão de uso de solo.....	20.777	1.377	-	-	19.400
Total Intangível	59.790	4.866	-	-	54.924

Movimentação da amortização do ativo intangível:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2020
Direito de uso de software.....	(30.666)	(1.598)	-	-	(29.068)
Permissão de uso de solo.....	(5.332)	(812)	-	-	(4.520)
Total da amortização do ativo intangível	(35.998)	(2.410)	-	-	(33.588)

Saldo Líquido do ativo Intangível	28.043	1.841	-	-	26.202
-----------------------------------	--------	-------	---	---	--------

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2019
Direito de uso de software.....	(29.068)	(1.807)	-	-	(27.261)
Permissão de uso de solo.....	(4.520)	(738)	-	-	(3.782)
Total da amortização do ativo intangível	(33.588)	(2.545)	-	-	(31.043)

Saldo Líquido do ativo Intangível	26.202	2.321	-	-	23.881
-----------------------------------	--------	-------	---	---	--------

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Empréstimos bancários garantidos.....	103.204	108.808
Passivos de arrendamento.....	13.575	17.261
Total no passivo circulante	116.779	126.069
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários garantidos.....	592.686	419.239
Passivos de arrendamento.....	66.994	69.995
Total no passivo não circulante	659.680	489.234
Total de Empréstimos e financiamentos	776.459	615.303

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	% - Taxa média anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos.....	-	29.277	-	29.277	28.453	
Edificações.....	2%	82.619	(30.840)	51.779	52.733	
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto.....	4%	119.560	(36.130)	83.430	86.603	
Sistema Operativo de Esgoto.....	4%	619.043	(292.463)	326.580	328.293	
Sistema Operativo de Água.....	2%	425.581	(136.717)	288.864	281.885	
Instalações Gerais.....	10%	253.738	(222.888)	30.850	35.453	
Móveis e Utensílios.....	10%	13.561	(12.109)	1.452	1.733	
Máquinas e Equipamentos.....	10%	114.083	(81.295)	32.788	33.245	
Computadores e Periféricos.....	20%	11.240	(10.592)	648	877	
Veículos.....	20%	15.149	(13.279)	1.870	2.110	
Máquinas Operatrizes.....	10%	9.195	(7.554)	1.641	2.147	
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	4%	17.126	(9.583)	7.543	8.234	
Arrendamento ETE Capivari II.....	2% a 10%	71.312	(47.094)	24.218	26.153	
- Máquinas e Equipamentos.....	10%	2.714	(2.708)	6	11	
- Sistema Operativo de Esgoto.....	4%	27.623	(13.559)	14.064	15.169	
- Instalações Gerais.....	10%	21.164	(21.116)	48	83	
- Sistema Operativo de Água.....	2%	55	(14)	41	42	
- Edificações.....	4%	19.756	(9.697)	10.059	10.849	
Arrendamento em Direito de Uso.....	20%	56.853	(17.314)	39.539	43.080	
Obras em Andamento.....	-	327.201	-	327.201	194.239	
Total Ativo Imobilizado		2.165.538	(917.858)	1.247.680	1.125.238	

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	% - Taxa média anual depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos.....	-	28.453	-	28.453	28.356	
Edificações.....	2%	82.371	(29.638)	52.733	48.557	
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto.....	4%	117.977	(31.374)	86.603	89.702	
Sistema Operativo de Esgoto.....	4%	598.542	(270.249)	328.293	332.254	
Sistema Operativo de Água.....	2%	411.939	(130.054)	281.885	249.388	
Instalações Gerais.....	10%	249.846	(214.393)	35.453	36.041	
Móveis e Utensílios.....	10%	13.554	(11.821)	1.733	1.807	
Máquinas e Equipamentos.....	10%	108.030	(74.785)	33.245	34.942	
Computadores e Periféricos.....	20%	11.452	(10.575)	877	531	
Veículos.....	20%	14.814	(12.704)	2.110	2.664	
Máquinas Operatrizes.....	10%	9.195	(7.048)	2.147	2.656	
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	4%	17.126	(8.892)	8.234	8.926	
Arrendamento ETE Capivari II.....	2% a 10%	71.312	(45.159)	26.153	28.089	
- Máquinas e Equipamentos.....	10%	2.714	(2.704)	10	16	
- Sistema Operativo de Esgoto.....	4%	27.623	(12.454)	15.169	16.273	
- Instalações Gerais.....	10%	21.164	(21.081)	83	119	
- Sistema Operativo de Água.....	2%	55	(13)	42	43	
- Edificações.....	4%	19.756	(8.907)	10.849	11.638	
Arrendamento em Direito de Uso.....	20%	71.263	(28.183)	43.080	50.477	
Obras em Andamento.....	-	194.239	-	194.239	150.147	
Total Ativo Imobilizado		2.000.113	(874.875)	1.125.238	1.064.537	

Movimentação do custo do ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2020
Terrenos.....	29.277	298	-	526	28.453
Edificações.....	82.619	215	-	33	82.371
Edificações de Sistemas Operativo de Esgoto.....	119.560	31	-	1.552	117.977
Sistema Operativo de Esgoto.....	619.043	5.215	-	15.286	598.542
Sistema Operativo de Água.....	425.581	2.696	(1)	10.947	411.939
Instalações Gerais.....	253.738	1.166	(4)	2.730	249.846
Móveis e Utensílios.....	13.561	136	(129)	-	13.554
Máquinas e Equipamentos.....	114.083	6.352	(581)	282	108.030
Computadores e Periféricos.....	11.240	28	(240)	-	11.452
Veículos.....	15.149	435	(100)	-	14.814
Máquinas Operatrizes.....	9.195	-	-	-	9.195
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.....	17.126	-	-	-	17.126
Arrendamento ETE Capivari II.....	71.312	-	-	-	71.312
- Máquinas e Equipamentos.....	2.714	-	-	-	2.714
- Sistema Operativo de Esgoto.....	27.623	-	-	-	27.623
- Instalações Gerais.....	21.164	-	-	-	21.164
- Sistema Operativo de Água.....	55	-	-	-	55
- Edificações.....	19.756	-	-	-	19.756
Arrendamento em Direito de Uso.....	56.853	21.831	(36.241)	-	71.263
Obras em Andamento.....	327.201	164.318	-	(31.356)	194.239
Total ativo imobilizado	2.165.538	202.721	(37.296)	-	2.000.113



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br



Estação Produtora de Água de Reuso - EPAR Capivari II

continuação >>>

Movimentações dos empréstimos e financiamentos.

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos		
Saldo no início do período	175.222	129.311
Captações	94.280	53.997
Juros	14.431	9.646
Taxa de administração	4.354	2.913
Pagamentos	(28.401)	(20.645)
- Principal	(10.023)	(8.509)
- Juros	(14.118)	(9.494)
- Taxa de administração	(4.260)	(2.642)
Saldo no final do período	259.886	175.222
Empréstimos		
Saldo no início do período	352.826	254.817
Captações	315.004	135.992
Juros	61.948	43.874
Pagamentos	(295.252)	(83.335)
- Principal	(235.812)	(40.375)
- Juros	(59.440)	(42.960)
Realização encargos financeiros	1.478	1.478
Saldo no final do período	436.004	352.826

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos tinham o seguinte cronograma de amortização:

	2022	2023	2024	2025	2026	Acima de 5 anos	Total
Financiamentos	11.197	51.063	42.998	26.889	10.780	116.959	259.886
Empréstimos	92.007	105.602	84.869	79.474	48.996	25.056	436.004
Arrendamentos -							
- Direito de uso	10.205	10.366	8.789	6.901	4.806	-	41.067
Arrendamento ETE							
Capivari	3.370	3.774	4.227	4.734	5.302	18.095	39.502
Total	116.779	170.805	140.883	117.998	69.884	160.110	776.459

Os pagamentos futuros mínimos relativos ao arrendamento da ETE Capivari I estão segregados da seguinte forma:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros mínimos
Até 1 ano	3.370	14.982	18.352	3.009
De 1 a 5 anos	18.037	55.368	73.405	11.371
Acima de 5 anos	18.095	32.370	50.465	28.131
Total	39.502	102.720	142.222	42.511

a) Financiamentos

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obtidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto, com destaque para as Estações de Tratamento de Esgoto.

A Companhia firmou os seguintes contratos de financiamento com a CAIXA, com recursos do FGTS repassados ao Programa Saneamento Para Todos: **a)** Contrato nº 410.018-73, para melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água para atender uma população estimada de 234.043 habitantes, firmado em 31 de dezembro de 2013, cuja liberação dos recursos pelo agente financeiro foi concluída em setembro de 2020, no montante de R\$ 69.582; **b)** Contrato nº 423.127-67, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário nos Bairros Cidade Satélite Iris II e III, Solar de Campinas, e Parque Pomares, que atenderá 7.484 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 17.083, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2021, o total de R\$ 13.408 e **c)** Contrato nº 423.126-53, para ampliação do sistema de esgotamento sanitário Boa Vista para atender 55.134 habitantes, firmado em 09 de maio de 2014, no montante de R\$ 45.998, sendo que já foi desembolsado, até 31 de dezembro de 2021, a soma de R\$ 43.727. No dia 26 de setembro de 2021 foram firmados mais dois contratos do Programa Saneamento para Todos: **d)** Contrato nº 441.917-02, para obras de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água em diversos bairros do município de Campinas, para atender uma população estimada de 771.607 habitantes, no montante de R\$ 141.753, sendo R\$ 127.577 de financiamento e R\$ 14.175 de contrapartida. Para esta obra já foi desembolsado R\$ 28.232, até 31 de dezembro de 2021; **e)** Contrato nº 441.921-63, para obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no município de Campinas, para atender uma população estimada de 26.756 habitantes, no montante de R\$ 273.419, sendo R\$ 259.748 de financiamento e R\$ 13.671 de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2021, já foi desembolsado R\$ 32.437 e **f)** Contrato nº 520.217-27, para obras de troca de redes e ligações de água em diversos bairros de Campinas, para atender uma população estimada de 123.650 habitantes, no montante de R\$ 282.830, sendo R\$ 268.688, de financiamento e R\$ 14.141, de contrapartida. Até 31 de dezembro de 2021, já foi desembolsado R\$ 85.912. No dia 02 de julho de 2021 foram firmados os seguintes contratos: **g)** Contrato nº 526.794-49/2021, pela implantação das obras de melhoria e de modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Anhumas com a execução do Retrofit para aprimorar a eficiência do tratamento e a melhor qualidade da água devolvida ao meio ambiente, atendendo uma população estimada de 257.692 habitantes, no montante de R\$ 126.094, sendo R\$ 119.790 de financiamento e R\$ 6.304 de contrapartida e **h)** Contrato nº 527.168-82/2021, para implantação do sistema de esgotamento sanitário que levará o esgoto da bacia do Samambaiá, no município de Campinas, até a Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR) Capuava, no município de Valinhos, para atender uma população estimada de 41.500 habitantes em Campinas e 120.767 na cidade de Valinhos, no montante de R\$ 129.577, sendo R\$ 123.098 de financiamento e R\$ 6.479, de contrapartida.

b) Empréstimos

Os empréstimos bancários firmados pela Companhia estão garantidos por faturamentos de contas d'água e esgoto ou por bloqueio e transferência de saldo bancário até a data do vencimento do compromisso. Em 18/06/2021 houve a renegociação de contratos de empréstimos, junto ao banco Santander, com a liquidação de três (3) contratos de empréstimos, nºs 270212720, 270242919 e 270003317, respectivamente, nos montantes de, R\$ 79.070, R\$ 73.539 e R\$ 4.089 e firmado novo empréstimo (contrato nº 1038198), no montante de R\$ 260.000, com carência de 12 (doze) meses.

c1) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC

Em 28 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou consulta ao mercado sobre a operação de alongamento de enviduamento bancário através do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos da Instrução CVM nº 356/2001, com o objetivo de equacionar seu fluxo de caixa e criar condições para a realização dos investimentos necessários à universalização do saneamento da cidade de Campinas, ampliação da capacidade de reserva de água tratada e redução de perdas físicas de abastecimento.

No dia 19 de fevereiro de 2016, os acionistas, através de Assembleia Extraordinária, autorizaram a cessão, pela Companhia, ao FIDC (SANASA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) de parte dos direitos oriundos da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico.

A coordenação para o processo de constituição, estruturação e colocação do SANASA FIDC, ficou sob a responsabilidade da empresa Planner Corretora de Valores S.A. em conjunto com os seguintes participantes: Administrador / Gestor do Fundo: Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda; Agente Centralizador: Caixa Econômica Federal; Custodiante: Banco Votorantim; Auditor Independente: KPMG Auditores Independentes; Assessoria Jurídica: Souza, Cescon, Barriau & Flesch Advogados e Agente de Classificação de Risco: Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Em dezembro de 2016 iniciou-se as atividades do SANASA FIDC, com a colocação no mercado de capitais de 115.493 (cento e quinze mil e quatrocentos e noventa e três) cotas sêniores, totalizando a integralização de R\$ 115.534 (cento e quinze milhões e quinhentos e trinta e quatro mil reais). Também foram capitalizadas pela SANASA, 5.544 (cinco mil e quinhentas e quarenta e quatro) cotas subordinadas, totalizando R\$ 5.546 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e seis mil reais), equivalente ao percentual de 4,8% sobre o valor das cotas sêniores integralizadas.

A colocação de cotas sêniores do SANASA FIDC no mercado foi concluída no período de janeiro a 03 de março de 2017 (data final de colocação de cotas), totalizando 170.000 (cento e setenta mil cotas) pelo valor total de R\$ 170.477 (cento e setenta milhões e quatrocentos e setenta e sete mil reais), com a integralização no 1º trimestre de 2017 de R\$ 54.943 (cinquenta e quatro milhões e novecentos e quarenta e três mil reais) em cotas sêniores e R\$ 2.937 (dois milhões e novecentos e trinta e sete mil reais) em cotas subordinadas, integralizadas no primeiro trimestre de 2017.

Esta operação possui as seguintes características:

- Operação: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, nos termos da Instrução CVM nº 356/2001 (FIDC);
- Emissor: SANASA - Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A.;
- Total de cotas: até 170.000 (cento e setenta mil) cotas;
- Regime de colocação: Distribuição pública em esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2001;
- Cobertura da dívida: a Cedente (SANASA) repassará ao Cessionário, diariamente, seus direitos creditórios até o limite percentual de 20,4% (vinte vírgula quatro por cento), durante o prazo de duração do fundo;
- Data de vencimento: 96 meses a partir da data de emissão (8 anos);
- Atualização monetária: pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Remuneração: juros fixos de 11% a.a.;
- Carência do Principal: 24 (vinte e quatro) meses;
- Amortização do principal por mês: 4,2% do principal do 25º ao 30º mês; 4,5% do principal do 31º ao 36º mês; 6,0% do principal do 37º ao 42º mês; 6,6% do principal do 43º ao 48º mês; 8,1% do principal do 49º ao 54º mês; 8,4% do principal do 55º ao 60º mês; 10,2% do principal do 61º ao 66º mês; 11,4% do principal do 67º ao 72º mês; 13,8% do principal do 73º ao 78º mês; 15,0% do principal do 79º ao 84º mês; 9,0% do principal do 85º ao 90º mês; 2,75% do principal do 91º ao 95º mês e 0,05% do principal no 96º mês;
- Periodicidade dos juros: juros remuneratórios mais IPCA pagos mensalmente desde a data de emissão sobre o saldo principal;
- Cotas Subordinadas: 4,8% da operação (adquiridas pela SANASA);
- Covenants Financeiros:
 - Razão entre Dívida Financeira Líquida e o EBITDA, menor ou igual a 5 (cinco), a ser verificado trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras anuais e nas informações trimestrais; e
 - Índice de Cobertura, que representa, no mínimo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes a Quantidade Mínima Mensal, quantidade esta que deverá transitar mensalmente pela Conta Vinculada durante o Prazo de Duração do Fundo, apurado mensalmente pela Administradora por meio da verificação do Relatório de Arrecadação e do cálculo da Quantidade Mínima Mensal, verificado pela Administradora, observado o disposto no Contrato de Cessão.

Os encargos financeiros correspondem aos serviços prestados com estruturação e distribuição do SANASA FIDC, no mercado, o saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.435 (R\$ 5.914 em 31 de dezembro de 2020).

c) Arrendamentos

Os arrendamentos se tratam de contratos superiores a 1 (um) ano de direitos de uso, de forma exclusiva pela Companhia, de bens (Estação de Tratamento de Esgoto, máquinas operatrizes, veículos e equipamentos) para a utilização nos sistemas operativos de água e esgoto e em suas atividades de apoio.

Os compromissos relacionados aos arrendamentos, líquidos dos encargos financeiros, são classificados nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com a vigência do contrato. Os pagamentos de arrendamentos são alocados a encargos financeiros e redução de passivo correspondente, de maneira a resultar em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na Demonstração de Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações fiscais federais		
Contribuição social	3.034	232
Imposto de renda retido na fonte	6.824	6.749
Cofins	6.387	4.942
PIS	1.384	1.071
Ibama - parcelamento de débitos	78	152
Outros	456	455
Total das obrigações fiscais federais	18.163	13.601
Obrigações fiscais municipais		
ISS sobre serviços de terceiros	694	998
FUNDAP	847	798
Total das obrigações fiscais municipais	1.541	1.796
Total das obrigações fiscais	19.704	15.397
Circulante	19.704	15.321
Não circulante	-	76

Em 09/02/2017, a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme Medida Provisória nº 766/2017 e Instrução Normativa RFB nº 1.687/2017. Para isso foi necessário desistir de alguns parcelamentos em andamento e aderir a uma das quatro opções de quitação existentes, sendo escolhida a seguinte: "Pagamento à vista ou em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Receita Federal".

Assim sendo, a Companhia desistiu dos parcelamentos 10830.722.073/2015-21, 10830.721.776/2016-13 e 10830.721.778/2016-11 totalizados em R\$ 11.195, e quitados através do pagamento em 24/02/2017 do DARF de R\$ 5.112 e da utilização dos créditos gerados pela base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no valor de R\$ 6.083, referente aos anos de 2014 e 2015, declarados para a Receita Federal do Brasil através da Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

Em 29/06/2018, foram prestadas as informações para consolidação do débito, que se encontra com o status "parcelamento liquidado", porém com a exigibilidade suspensa até que as informações sejam verificadas pela Receita Federal do Brasil (RFB), considerando procedimento homologado.

A Administração da SANASA provisiona as parcelas de contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, efetuando recolhimento dos tributos com base na estimativa mensal. A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e seus valores registrados nos exercícios de 2021 e 2020 estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício antes dos tributos sobre o lucro	99.496	156.254
Alíquota nominal	9,00%	9,00%
Contribuição social - despesa nominal	(8.955)	(14.063)
Doações e despesas indedutíveis	(795)	(1.036)
Arrendamento mercantil	378	503
Reserva especial realizada	(1)	(1)
Juros sobre capital próprio	2.133	2.226
IRPJ - Repetição do Indébito	-	2.067
Subvenções governamentais	1.043	1.021
Outros Resultados Abrangentes	(199)	-
Multas indedutíveis	(4)	(8)
Contribuição social exercícios anteriores	-	(49)
Contribuição social - receita (despesa) efetiva	(6.400)	(9.340)
Alíquota efetiva	-6,43%	-5,98%
Contribuição social corrente	(6.683)	(10.749)
Contribuição social diferida	283	1.409

16 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos a partes relacionadas, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem dos serviços de fornecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto prestados à Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), que são realizadas em condições usuais de mercado, bem como o pagamento de dividendos.

Os saldos de vendas, serviços contratados e outras movimentações entre a SANASA e a PMC estão detalhados abaixo:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Créditos SANASA (nota explicativa nº 6)				
Fornecimento de água e esgoto	3.868	-	3.232	-
Prestação de serviços	8.274	60.209	8.321	68.183
Parcelamento de débito	-	-	-	-
Total	12.142	60.209	11.553	68.183

Com prestações de serviços de abastecimento de água e saneamento a SANASA faturou, no exercício de 2021 junto a PMC e suas Secretarias, o montante de R\$ 22.978 (R\$ 18.718 em 31 de dezembro de 2020). Com parcelamento de débitos da PMC, a SANASA não faturou (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2020). Já com prestação de serviços, a SANASA obteve um faturamento de R\$ 225 (R\$ 228 em 31 de dezembro de 2020).

	31/12/2021		31/12/2020	
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Créditos PMC				
Juros sobre o capital próprio e dividendos	28.346	-	-	-
FUNDAP	847	-	798	-
ISSQN	694	-	998	-
Total	29.887	-	1.796	-

No exercício de 2021, a Companhia pagou remuneração do pessoal-chave da administração no montante de R\$ 4.752 (R\$ 4.362 em 2020), que se referem a benefícios a empregados de curto prazo. Além da remuneração, a Companhia teve uma despesa de R\$ 1.045 (R\$ 1.004 em 2020) a título de encargos sociais.

17 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações trabalhistas		
Salários e ordenados	10.469	10.877
Provisão para férias	34.103	31.609
Subtotal	44.572	42.486
Obrigações sociais		
INSS	7.262	7.379
INSS parcelado (a)	-	19.191
FGTS	2.206	2.212
Subtotal	9.468	28.782
Total	54.040	71.268
Circulante	54.040	71.268
Não Circulante	-	-

a) Refere-se ao parcelamento da Contribuição Previdenciária (parte empregador) dos períodos de competência de outubro de 2014 até março de 2015, maio de 2015 a fevereiro de 2016 e de abril de 2016 a outubro de 2016, para pagamento em 60 prestações mensais atualizadas pela SELIC.

18 PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	31/12/2021	31/12/2020
Participações no resultado (a)	12.728	13.206
Plano de Aposentadoria Incentivada (b)	-	6.203
Previdência privada (c)	560	572
Provisão de benefícios pós-emprego (d)	30.876	28.939
Total	44.164	48.920
Circulante	13.288	19.981
Não Circulante	30.876	28.939

a) Participação no resultado

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e com o que determina a Lei 10.101/2000, a SANASA manteve o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR), baseado em metas operacionais e de redução de custos previamente estabelecidas no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. O montante dessa participação registrado no passivo, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 13.206 (R\$ 13.206 em 2020).

b) Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI)

Em 12 de março de 2021, a Companhia determinou um prazo para a adesão ao Plano de Aposentadoria Incentivada (PAI), de 15 de março de 2021 à 16 de abril de 2021, aos funcionários que atenderam cumulativamente, as seguintes condições: a) tempo de serviço na SANASA de, no mínimo 5 (cinco) anos; b) já estar aposentado em 12 de novembro de 2019 (dia anterior a publicação da Emenda Constitucional nº 103, referente à reforma previdenciária) e c) pertencer ao quadro de carreira da Companhia. Em 29 de junho de 2021, a Companhia abriu novo prazo para adesão ao PAI, de 01 de julho de 2021 à 08 de julho de 2021. O valor total do programa, que beneficiou um grupo de 80 (oitenta) funcionários que efetuaram a adesão até 16 de abril de 2021, foi de R\$ 11.481.

A indenização do PAI, que beneficiou um grupo restrito de funcionários que efetuaram a adesão foi composta de:

- oito salários nominais mais a gratificação de função, por ocasião do desligamento do empregado do quadro funcional da Companhia;
- valor equivalente à multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios; e
- concessão aos funcionários, cônjuges e dependentes portadores de necessidades especiais Assistência Médica por um período de 60 (sessenta) meses.

c) Previdência privada - Contribuição Variável

Em cumprimento ao acordo coletivo de trabalho do período 2004/2006, foi formalizado com a Fundação Petróbrás de Seguridade Social (PETROS), em 23/12/2004, Convênio de Adesão com a finalidade de instituir o Plano Misto de Benefícios Previdenciários dos Trabalhadores da SANASA, estruturado na modalidade de contribuição variável. O Plano

prevê o recolhimento por parte da Companhia, a título de Contribuição Ordinária, do importe mensal de 6% dos salários nominais dos participantes. Os participantes, por outro lado, contribuirão com o percentual de 6% a 8% de seus salários nominais, obedecendo a uma tabela de limites pré-estabelecidos, constantes do Termo de Adesão



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br



Captação Rio Anilão

continuação >>>

Testes de sensibilidade das premissas utilizadas

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação

	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	25.865	25.865	-
Aumento (1%)	23.230	23.230	(10%)
Redução (1%)	28.800	28.800	11%

b) Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações

	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	25.865	25.865	-
Aumento (1%)	29.030	29.030	12%
Redução (1%)	23.046	23.046	(11%)

d.3) Indenização por aposentadoria por invalidez

Nos casos de empregados que se aposentarem por invalidez permanente e que tiverem completado 5 (cinco) anos de serviço, a Companhia concede uma indenização equivalente a 8 (oito) salários nominais mais a gratificação de função, mais o valor equivalente a multa de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de indenização por aposentadoria por invalidez no montante de R\$ 11 (R\$ 250 em 2020).

A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de indenização por aposentadoria por invalidez:

Resumo das Obrigações calculadas		31/12/2021	31/12/2022
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder		11	11
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos		-	-
Total das obrigações do exercício		11	11

Movimentação das obrigações e ativos financeiros

Resumo das obrigações (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
Obrigações no início do exercício		6.453	11
Custo do serviço corrente		1.424	1
Juros líquidos sobre a obrigação atuarial		63	1
(Ganhos) / Perdas atuariais		(7.929)	-
(-) Benefícios pagos no ano		-	-
Passivo líquido ao final do exercício		11	13

Reconciliação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício		6.453	11
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE		(7.929)	-
(Ganho) / perda a ser reconhecido em ORA		1.487	-
- Custo do serviço corrente		1.424	-
- Juros sobre a obrigação atuarial		63	-
(-) Benefícios pagos no ano		-	-
Valor líquido do passivo / (ativo) do plano no final do ano		11	13

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Saldos (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações		(7.929)	-
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano		(7.929)	-

Composição dos (ganhos) / perdas no valor das obrigações calculadas

Descrição	Impacto em R\$
Aumento da taxa de juros	(4)
Extinção do plano PAI vigente	(7.536)
Ajustes por experiência do plano	(39)
Aumento da taxa de rotatividade	(350)
(Ganho) / Perda ao final do exercício	(7.929)

Projeção de custos para o exercício seguinte

Itens (em R\$)		31/12/2022
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		1
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		-
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		1
b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício		
Itens (em R\$)		31/12/2022
Custo do serviço corrente		1
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais		1
Total		2

Testes de sensibilidade das premissas utilizadas

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação

	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	11	11	-
Aumento (1%)	10	10	(5,39%)
Redução (1%)	11	11	6,24%

d.4) Auxílio funeral

A Companhia cobre despesas com funeral do empregado, em atividade e/ou aposentado por invalidez, cônjuge/companheiro (a), ascendentes e descendentes de empregados. A Companhia subsidia o montante total das despesas com funeral, limitado ao valor do padrão conveniado com a SETEC - Serviços Técnicos Gerais de Campinas, e até 26,63% (vinte e seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) do valor padrão conveniado com a SETEC para despesas com o funeral do cônjuge/companheiro (a), ascendentes ou descendentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrado um passivo de provisão de auxílio funeral no montante de R\$ 38.

A seguir está demonstrada a posição atuarial do passivo relacionado ao benefício de auxílio funeral:

Resumo das obrigações (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
Valor presente das obrigações com benefícios a conceder		38	38
Valor presente das obrigações com benefícios concedidos		-	-
Total das obrigações do exercício		38	38

Movimentação das obrigações e ativos financeiros

Resumo das obrigações (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
Obrigações no início do exercício		-	38
Custo do serviço corrente		2	1
Juros líquido sobre a obrigação atuarial		-	4
(Ganhos) / Perdas atuariais		36	-
(-) Benefícios pagos no ano		-	-
Passivo líquido ao final do exercício		38	43

Reconciliação do passivo atuarial líquido

Movimentação do passivo líquido (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
Passivo / (ativo) atuarial no início do exercício		-	38
(Ganho) / perda a ser reconhecido em ORA		36	-
Despesa / (receita) já reconhecida em DRE		2	-
- Custo do serviço corrente		2	-
- Juros sobre a obrigação atuarial		-	-
(-) Benefícios pagos no ano		-	-
Valor líquido do passivo / (ativo) do plano no final do ano		38	43

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Saldos (em R\$)		31/12/2021	31/12/2022
(Ganhos) / perdas no valor das obrigações		(36)	-
Total dos (ganhos) / perdas apurados no ano		(36)	-

Projeção de custos para o exercício seguinte

Itens (em R\$)		31/12/2022
Juros sobre obrigações atuariais no início do exercício		4
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios		-
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas		4
b) Despesa / (receita) projetada para o próximo exercício		
Itens (em R\$)		31/12/2022
Custo do serviço corrente		1
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais		4
Total da despesa / (receita) a ser reconhecida no próximo exercício		5

Testes de sensibilidade das premissas utilizadas

a) Sensibilidade da taxa de desconto sobre a obrigação

	Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	38	38	-
Aumento (1%)	36	36	(4,87%)
Redução (1%)	40	40	5,35%

19 PROVISÕES

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração da SANASA, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Provisão	Judicial	Líquido	Provisão	Judicial	Líquido
Trabalhistas	10.539	(7.040)	3.499	9.883	(6.112)	3.771
Fiscal	20	-	20	20	-	20
Cíveis	291	(95)	196	295	(94)	201
Total	10.850	(7.135)	3.715	10.198	(6.206)	3.992

19.1 Processos trabalhistas

Referem-se basicamente a reclamações envolvendo adicional de insalubridade e periculosidade, equiparações salariais, horas extras, além de pretensões irregulares nos contratos de trabalho (terceirizados). O valor provisionado de R\$ 10.539 é composto por: **a)** 81 (oitenta e um) processos de funcionários próprios na soma de R\$ 6.488 e **b)** 110 (cento e dez) processos de funcionários de empresas terceirizadas, no montante de R\$ 4.051. Não foram provisionados, por não representarem chances prováveis de perdas, 145 (cento e quarenta e cinco) reclamações de funcionários próprios e terceirizados, no montante de R\$ 4.523.

19.2 Processos cíveis

Os casos mais frequentes são os de restabelecimentos de ligações de água, desapropriações e indenizações por danos em imóveis, compostos por 9 (nove) processos no total de R\$ 291. Não foram contabilizadas provisões de 146 (cento e quarenta e seis) processos no montante de R\$ 34.826 por não representarem chances prováveis de perdas.

A movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e fiscais, do período encerrado em 31 de dezembro de 2021, tem a seguinte composição:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal
Saldo inicial	295	9.883	20	510	8.650	20
Adição à provisão	849	3.082	-	3	9.595	-
Utilização	(853)	(2.426)	-	(218)	(8.362)	-
Saldo final	291	10.539	20	295	9.883	20

Não foram reconhecidas provisões de processos que, segundo posicionamento das assessorias jurídicas interna e externa, possuem chances de êxito, possíveis ou prováveis. Dentre estes, os principais são:

19.3 Processos fiscais

Refere-se à provisão de um processo administrativo, Notificação de débito SP/70298 - contribuição adicional destinada ao SENAI, no valor de R\$ 20. Não foram contabilizadas provisões de 04 processos administrativos e judiciais, no montante de R\$ 32.568, por não representarem chances prováveis de perdas.

19.4 Processos Tributários e Previdenciários

a) Processos administrativos fiscais e previdenciários: Após a fiscalização ocorrida em 2007, foram emitidos Autos de Infração com apontamento de créditos de encargos sociais no montante de R\$ 13.250. A SANASA vem manejando, tempestivamente, recursos administrativos ainda pendentes de julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

b) Processo administrativo de compensação de IRPJ e CSLL:

No ano de 2006 a SANASA foi autuada no montante de R\$ 12.985 (proc. fiscal nº 10830.003.927/2006-86), obtendo êxito na anulação parcial e os valores referentes ao IRPJ estão sendo questionados judicialmente, nos termos do item b.1).

b.1) Ação anulatória de débito fiscal de IRPJ e CSLL:

Em 26/03/2015 a SANASA ajuizou ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 0005224-87.2015.4.03.6105) requerendo a suspensão da exigibilidade e consequente anulação do crédito relativo ao IRPJ no valor de R\$ 7.365, justificado pela imunidade tributária aos impostos federais da SANASA, sendo que, em 12/7/2021 foi julgada parcialmente procedente, anulando-se o auto de infração do proc. fiscal nº 10830.003.927/2006-86.

b.2) Processo Judicial de Execução Fiscal de IRPJ e Multa:

Em 28/08/2019 a União ajuizou a Execução fiscal da CDA nº 80219015353-69 (proc. nº 5011826-67.2019.403.6105), proveniente do processo administrativo fiscal nº 10830.003.927/2006-86, no valor de R\$ 20.379 referente a IRPJ e multa nos termos do item b). Em 12/09/2019 a exigibilidade do crédito tributário foi suspensa através de depósito judicial no valor atualizado de R\$ 20.418, sendo que, em 15/10/2019 a SANASA opôs os Embargos à Execução (proc. nº 5014138-16.2019.403.6105). Dessa forma, em 26/06/2020 a União requereu a extinção da execução fiscal acolhendo a tese da imunidade tributária aos impostos federais, sendo que, em 17/8/2020 o depósito judicial no valor atualizado de R\$ 21.268 foi devidamente levantado pela empresa.

c) Processo administrativo de compensação de PIS e COFINS:

A SANASA foi autuada em R\$ 10.391 acrescida da multa isolada de R\$ 8.228. A autuação foi motivada pela divergência de posicionamento sobre as compensações dos valores a maior de PIS e COFINS calculados e recolhidos pelo método da "não cumulatividade", quando o método correto do cálculo seria o da "cumulatividade", devido após a declaração judicial da imunidade tributária federal. As intimações fiscais estão sendo questionadas judicialmente, nos termos do item c.1) e a multa isolada está em processo de recurso administrativo.

c.1) Processo Judicial de compensação de PIS e COFINS:

Em 24/07/2014 a SANASA impetrou Mandado de Segurança (proc. nº 0007477-82.2014.4.03.6105) com pedido de liminar requerendo a suspensão da exigibilidade da cobrança, bem como o direito de recorrer administrativamente, sendo que, em 14/10/2014 foi concedida a liminar pelo TRF3. Porém, em 14/01/2015 foi proferida a decisão denegando a segurança pleiteada e o processo se encontra no TRF3 em fase de julgamento do recurso de apelação interposto pela empresa.

c.2) Ação anulatória de Débito Fiscal de Compensação de PIS e COFINS:

Após não obter êxito nos recursos manejados na esfera administrativa, em 17/06/2020 a SANASA ajuizou ação anulatória de débito fiscal (proc. nº 0005006934-81.2020.4.03.6105) requerendo com fundamento na imunidade tributária recíproca, requerendo uma liminar para a exclusão do CADIN, bem como suspender sua exigibilidade dos créditos tributários pleiteados nos processos de crédito nºs. 10830.722.072/2014-04, 10830.722.077/2014-29, 10830.722.106/2014-52, 10830.722.109/2014-96, 10830.722.114/2014-07, 10830.722.221/2014-27, 10830.722.456/2014-19, 10830.722.458/2014-16, 10830.722.519/2014-37, 10830.722.734/2014-38, 10830.722.738/2014-16. Em 02/07/2020 o pedido de tutela antecipada foi deferido em parte, quanto à possibilidade de oferecimento de Carta de Fiança para o fim exclusivo de obtenção da Certidão Positiva com Efeito de Negativa. Mas por razões contratuais junto ao promitente Banco Fiacor, em 21/08/2020 a SANASA efetuou o depósito judicial integral no valor de R\$ 21.952, suspendendo-se assim a exigibilidade dos créditos e, por conseguinte, a exclusão do CADIN. O processo se encontra em fase de instrução sem previsão de promulgação da sentença.

d) Processo da Imunidade Tributária:

d.1) Federal:

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, em 14/11/2008, a SANASA ajuizou Ação Declaratória (proc. nº 0011866-23.2008.403.6105) requerendo a declaração da imunidade tributária recíproca relativa aos impostos federais e das contribuições sociais, a qual foi julgada parcialmente procedente, declarando-se a imunidade tributária relativa aos impostos federais, bem como, a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Em 12/5/2020 o indébito tributário foi devidamente habilitado junto a Receita Federal do Brasil para compensação, o qual foi mensalmente compensado.

d.2) Estadual:

Considerando o disposto no art. 150, VI, "a", da CF/88, a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória (proc. nº 0004017-82.2010.8.26.0114) requerendo a declaração da Imunidade tributária recíproca relativa ao IPVA, a qual foi julgada procedente sendo declarada a Imunidade Estadual ao IPVA, bem como a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos após o trânsito em julgado. Entretanto, O processo está em fase de cumprimento de sentença (Repetição do Indébito), proc. nº 0026065-54.2018.8.26.0114, sendo que, em 11/06/2021 foi expedido com obtenção do respectivo nº de ordem cronológica e inserção no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) do exercício de 2022.

e) Processo Judicial das Verbas Indenizatórias:

Considerando a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, a SANASA impetrou um Mandado de Segurança (proc. nº 0015922-60.2012.403.6105) para que seja declarada a inexigibilidade das contribuições previdenciárias, Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e contribuições previdenciárias devidas a terceiros (INCRÁ, SESI, SENAI, SEBRAE e Salário Educação) incidentes sobre as seguintes verbas indenizatórias: a) 15 (quinze) primeiros dias de afastamento da atividade laboral do funcionário, antes da concessão do auxílio doença e/ou auxílio-acidente; b) aviso prévio indenizado; c) adicional de horas extras; d) 1/3º salário; e) 1/3 de férias, bem como, a restituição das quantias pagas nos últimos 5 anos. Em 10/06/2013 houve sentença concedendo a segurança em parte, com exceção dos itens c) e d). A União recorreu da sentença, e, em 20/09/2018 o processo foi suspenso em razão do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.072.485/PR no STF. Entretanto, em 28/8/2020 o STF julgou constitucional a incidência de contribuição social sobre o terço constitucional de férias gozadas. A empresa está aguardando a modulação dos efeitos do novo entendimento do STF.

f) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica (Demanda Contratada):

Considerando o entendimento sumulado no STJ (Súmula 391), a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre demanda de energia contratada e não consumida (proc. nº 0089120-86.2012.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos. Em 22/01/2015 o processo foi julgado procedente, declarando a ilegalidade e inexigibilidade do ICMS sobre demanda de energia contratada, bem como a restituição do indébito após o trânsito em julgado. O Estado recorreu da decisão e em razão da repercussão geral do tema, o processo foi suspenso até a decisão final do STF.

g) Processo Judicial do ICMS sobre Energia Elétrica (TUSD):

Considerando o entendimento expressivo no STJ, em 14/10/2015 a SANASA ajuizou uma Ação Declaratória de Cobrança Indevida de ICMS sobre a TUSD - Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição consumida (proc. nº 1033728-42.2015.8.26.0114), requerendo sua exclusão da base de cálculo, bem como a restituição do ICMS pago nos últimos 5 anos, a qual foi julgada procedente. O Estado de São Paulo recorreu da decisão e em 07/08/2017 o Tribunal suspendeu o Recurso Extraordinário até decisão do STF sobre o tema que tem Repercussão Geral.

Obra

Programa de Aceleração do Crescimento

	31/12/2021	31/12/2020
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II (2º módulo)	53.108	56.658
Estação de Tratamento de Esgoto - Capivari II	24.638	28.392
Sistema de Esgoto - Região de Viracopos	18.095	19.413
Sistema de Esgoto - Parque Oziel	4.409	4.726
Sistema de Esgotamento Sanitário - Taubaté	7.545	7.934
Total Programa de Aceleração do Crescimento	107.795	117.123

Agência Nacional de Águas (ANA)

	31/12/2021	31/12/2020
Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Boa Vista	7.300</	



SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br



CCA - Centro de Conhecimento da Água / Museu da Água

continuação >>>

Obra	Valor da Subvenção		Data de Encerramento	31 de dezembro de 2021		
	31/12/2021	31/12/2020		Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)						
Estação de Tratamento de Esgoto - Barão Geraldo.....	804	867	Obra encerrada			
Total Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	804	867				
Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)						
Sistema de Esgotamento Sanitário - Santa Bárbara.....	1.586	1.683	Obra encerrada	2.168	-	2.168
Troca de Redes de Água - Bairro Prouença.....	1.883	1.930	Obra encerrada	95.860	-	95.860
Troca de Redes de Água - Jardim Chapadão.....	1.832	1.875	Obra encerrada	-	285.656	285.656
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 2.....	2.113	2.160	Obra encerrada	98.028	285.656	383.684
Estação de Tratamento de Esgoto - Bosque das Palmeiras.....	684	735	Obra encerrada	-	-	-
Desenvolvimento e análise de amostra de água bruta.....	36	56	Obra encerrada	-	695.890	695.890
Total Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	8.134	8.439		-	80.569	80.569
				-	45.190	45.190
				-	821.649	821.649
Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA						
Troca de Redes de Água - Jardim Nova Europa Bloco 1.....	1.930	1.975	Obra encerrada			
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 1.....	686	1.026				
Ação de uso Racional da Água nas Escolas Municipais de Campinas 2.....	253	282				
Controle de Perdas.....	8.779	9.166	Dezembro de 2023			
Total Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	11.648	12.449				
Total Geral	169.452	181.039				
Circulante	9.950	11.256				
Não Circulante	159.502	169.783				

a) Conforme ofício FF nº 125/2021, a data para conclusão da obra da Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR) Boa Vista foi alterada, visto que, as equipes da fiscalização, operação e manutenção da Companhia, através de testes, apontaram alguns problemas de automação. Por conta disso, ajustes estão sendo feitos pela empreiteira contratada e o prazo para conclusão da obra passou de setembro de 2021, para julho de 2022.

Os valores já investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado em conta contábil de imobilizado. Também é reconhecido no balanço patrimonial, passivo de igual valor, o qual é apropriado ao resultado proporcionalmente ao período de depreciação desses investimentos. Em 2021 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 11.587 (R\$ 11.347 em 2020) a título de Receitas de Subvenções.

21 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social é composto de 453.185.281 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2021 (453.185.281 ações em 31 de dezembro de 2020).

Acionista	Quantidade de ações		Participação
	2021	2020	
Prefeitura Municipal de Campinas (PMC).....	453.147.453	99.991.652	85,75%
COHAB.....	7.564	0,001669075%	
EMDEC.....	7.564	0,001669075%	
SETEC.....	7.564	0,001669075%	
Lauro Pércides Gonçalves.....	7.564	0,001669075%	
Ozair Rizzo.....	7.564	0,001669075%	
Marcos José Bernardelli.....	1	0,000000221%	
Manuelito Pereira Magalhães Junior.....	1	0,000000221%	
Pedro Benedito Maciel Neto.....	1	0,000000221%	
Valdemir Moreira dos Reis Júnior.....	1	0,000000221%	
Itamar Bley.....	1	0,000000221%	
Antônio Carlos Barbosa Filho.....	1	0,000000221%	
Vicente Porto Vilela.....	1	0,000000221%	
Rebeca Tadeusa Machado Borges.....	1	0,000000221%	
Total	453.185.281	100.000.000.000%	

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da SANASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 6% do resultado líquido, ajustado de acordo com a legislação societária.

Abaixo, demonstramos o cálculo da remuneração dos acionistas:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício.....	93.096	146.914
(-) Reserva de incentivos governamentais.....	(11.587)	(11.347)
Base de cálculo para a reserva legal.....	81.509	135.567
(-) Reserva legal (5%).....	(4.075)	(6.778)
Base de cálculo dos dividendos	77.434	128.789
Dividendos mínimos obrigatórios (6%).....	4.646	7.727
Juros sobre o capital próprio.....	23.700 ^(a)	24.734
Dividendos adicionais.....	26.659 ^(a)	77.548
Total dos dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	55.005	110.009

(a) depende da aprovação em Assembleia Geral Ordinária

c) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, no exercício de 2021 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias, comparativamente com o exercício de 2020, conforme quadro abaixo:

	Básico e Diluído	
	2021	2020
Resultado líquido do exercício.....	93.096	146.914
Média ponderada de ações (mil ações).....	453.185	453.185
Resultado por ação	0,20543	0,32418

d) Reservas de lucros

d.1) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$ 4.075 em 2021 em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

d.2) Reserva para Investimentos

É constituída com base no montante do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos governamentais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 22.429 do lucro remanescente para a constituição de Reserva para Investimentos. O referido recurso será aplicado em obras de abastecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, conforme estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

d.3) Reserva de Incentivo Governamental

Constituída no montante de R\$ 11.587 em 2021, nos termos do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, que determina que o valor da subvenção governamental não deve ser distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pelo resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido (Reserva de Incentivo Governamental), a partir da conta de Lucros Acumulados.

22 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Abastecimento de água e saneamento.....	1.014.266	968.522
Prestação de serviços.....	38.816	35.394
Redes de água e esgoto.....	5.577	7.820
Total	1.058.659	1.011.736
Descontos, retificações e devoluções.....	(65.969)	(65.295)
Contribuições sobre vendas e serviços.....	(41.150)	(39.197)
Total da receita líquida de vendas e serviços	951.540	907.244

23 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2021	2020
Salários e ordenados.....	432.058	433.080
Materiais de tratamento.....	29.238	29.017
Materiais gerais.....	45.292	29.614
Serviços terceirizados.....	116.589	109.602
Aluguéis.....	14.703	5.317
Tributos.....	6.573	5.970
Energia elétrica.....	62.108	51.648
Outras utilidades.....	386	839
Depreciações.....	71.312	74.394
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.....	6.046	234
Perdas recebimento créditos.....	40.198	25.465
Processos julgados.....	8.488	12.878
Outras contingências.....	651	1.019
Multas enc. sociais fiscais.....	70	378
Despesas bancárias.....	3.522	3.820
Doações e patrocínios.....	3.245	6.157
Despesas ativadas.....	(28.392)	(9.562)
Outros custos e despesas.....	5.796	4.790
Total	817.883	784.660
Custo do sistema operativo de água.....	270.479	266.191
Custo do sistema operativo de esgoto.....	258.119	245.808
Despesas administrativas.....	182.932	188.862
Despesas comerciais.....	106.353	83.799
Total	817.883	784.660

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS JOSÉ BERNADELLI
Presidente do Conselho

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR
Conselheiro

PEDRO BENEDITO MACIEL NETO
Conselheiro

VALDEMIR MOREIRA DOS REIS JÚNIOR
Conselheiro

ITAMAR BLEY
Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FILHO
Conselheiro

VICENTE PORTO VILELA
Conselheiro

REBECA TADEUSA MACHADO BORGES
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR
Diretor Presidente

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO JORGE ZERAIK
Diretor Administrativo

FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES
Diretor Comercial

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS
Diretor Técnico

CONTROLADORIA

ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR
Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3

JEAN CARLOS PEREIRA
Contador - CRC 1SP180441/O-0

www.sanasa.com.br

continua >>>

24 RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros de mora sobre arrecadações.....	11.714	9.131
Variações monetárias de arrecadações.....	9.147	5.783
Rendimentos de aplicações financeiras.....	4.293	2.129
Outras.....	248	235
Variações monetárias ativas.....	2.271	36.911
Juros ativos.....	9	53
Ajuste a valor presente.....	(28)	3.368
Total das receitas financeiras	27.654	57.610
Despesas financeiras		
Juros passivos.....	(73.387)	(54.797)
Descontos concedidos.....	(4.092)	(6.537)
Despesas de financiamento.....	(10.362)	(5.933)
Variações monetárias passivas.....	(9.457)	(6.939)
Encargos financeiros sobre arrendamentos.....	(2.845)	(4.114)
Juros - encargos sociais e fiscais.....	(211)	(851)
Encargos financeiros sobre fornecedores e outros.....	(376)	(304)
Total das despesas financeiras	(100.730)	(79.475)
Total do resultado financeiro	(73.076)	(21.865)

25 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2021	2020
Outras receitas		
Recuperação de perdas de credores duvidosos.....	15.768	11.094
Subvenções governamentais.....	11.587	11.347
Sem par conta corrente.....	3.849	3.362
Reversão benefício pós-emprego.....	2.824	-
Exclusividade de prestação de serviços financeiros.....	1.239	1.180
Termos de autorização de uso.....	1.428	1.270
Multas contratuais.....	348	669
Impostos e contribuições recuperadas.....	15	25.976
Outros.....	1.773	569
Ressarcimento danos de terceiros.....	296	179
Total das outras receitas	39.127	55.646
Outras despesas		
Resultado na baixa de imobilizado.....	(212)	(111)
Total das outras despesas	(212)	(111)
Total das outras receitas e despesas	38.915	55.535

26 PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

	Base de Contribuição Social		
	Cálculo	2021	2020
Diferença entre a depreciação fiscal e societária.....	68.652	6.179	5.542
Parcela do lucro não realizado - órgãos públicos.....	57.200	5.148	6.046
Total	125.852	11.327	11.588

27 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia não tem política para contratação de seguros em função das características de suas operações serem multilocalizadas. Alguns ativos da Companhia, como veículos da frota, máquinas operatrizes e alguns equipamentos mantidos em certos canteiros de obra, contam com seguros contra eventuais sinistros.

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não está sujeita a riscos cambiais, possuindo ativos e passivos expostos a oscilação de índices de inflação e taxas de juros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

a) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição	Riscos (Encargos)	Cenários (Taxa Média em 31/12/2021)					
			Provável		Elevação do Índice em 25%		Elevação do Índice em 50%	
			% a.a	Valor	% a.a	Valor	% a.a	Valor
Ativos	95.860	Var. CDB/CDI	4,42%	4.237	5,53%	5.301	6,63%	6.356
Passivos	(259.886)	Juros Remuneratórios de 6,5% e 7,83%, mais Taxa de Administração de 2,00%, mais Taxa de Crédito entre 0,5% a 1,5% a.a. ou variação CDI	9,93%	(25.807)	12,41%	(32.252)	14,89%	(38.697)
Passivos	(436.004)	Juros Remuneratórios entre 8,47% e 15,39%, mais Variação do CDI ou IPCA ou TJLP	14,72%	(64.180)	18,40%	(80.225)	22,08%	(96.270)
Total	(600.030)			(85.750)		(107.176)		(128.611)

b) Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição	Riscos (Encargos)	Cenários (Taxa Média em 31/12/2021)					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			% a.a	Valor	% a.a	Valor	% a.a	Valor
Ativos	95.860	Var. CDB/CDI	4,42%	4.237	3,32%	3.183	2,21%	2.119
Passivos	(259.886)	Juros Remuneratórios de 6,5% e 7,83%, mais Taxa de Administração de 2,00%, mais Taxa de Crédito entre 0,5% a 1,5% a.a. ou variação CDI	9,93%	(25.807)	7,44%	(19.336)	4,96%	(12.890)
Passivos	(436.004)	Juros Remuneratórios entre 8,47% e 15,39%, mais Variação do CDI ou IPCA ou TJLP	14,72%	(64.180)	11,04%	(48.135)	7,36%	(32.090)
Total	(600.030)			(85.750)		(64.288)		(42.861)

Fonte:
CDI / INPC - Banco Central do Brasil
TR / TJLP - Font



Vista da cidade de Campinas com reservatório da Sanasa

continuação >>>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados e considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, com

opinião não modificada, da Taticca Auditores Independentes S.S., de 25 de março de 2022, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 29 de março de 2021.

SINVAL ROBERTO DURIGON

ADERVAL FERNANDES JÚNIOR

MICHEL ABRÃO FERREIRA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e Acionistas da

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. ("Companhia" ou "SANASA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos valores adicionados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Provisão para benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa n.º 18 (d), apresentada nas demonstrações financeiras, a Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, ratificado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 para Previdência Privada, Assistência Médica, Indenização por aposentadoria por invalidez e Auxílio funeral. Para a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego no exercício de 2021, a Companhia substituiu o atuário anterior, contratando novo prestador de serviços especializados, para efetuar a avaliação atuarial dos benefícios, para fins de suportar a atualização dos passivos atuariais estimados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros, análises por nossos especialistas atuários sobre:

- Adequacidade aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1);
- Análise das premissas adotadas nas projeções atuariais;
- Análise do método atuarial utilizado no cálculo das obrigações;
- Análise das premissas nas projeções das obrigações à luz das boas práticas e do perfil da Companhia;
- Reuniões virtuais com o atuário da SANASA e os gestores da área de Contabilidade da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos a análise e avaliação da movimentação contábil dos principais componentes do laudo contábil-atuarial entre os exercícios de 2020 e 2021, das obrigações atuariais e dos ativos dos planos de benefícios.

Baseamos nossa conclusão sobre as estimativas registradas no passivo da Companhia, relacionadas a benefícios pós-emprego, nas informações estatísticas contidas no relatório elaborado pelo especialista terceiro contratado pela Companhia.

Em adição aos testes acima, informamos que foi também objeto de nossa avaliação:

- Verificação da adequabilidade e coerência das justificativas, inclusive a existência de estudos de aderências utilizadas pelo consultor atuarial para a escolha das premissas;
- Comparação com as premissas utilizadas no período anterior; e
- Comparação com a frequência da premissa pelo mercado, assim como das boas práticas atuariais.

b) Subvenções governamentais

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 20, a Companhia possui um saldo de receita diferida oriunda de subvenções governamentais destinadas à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, no montante de R\$ 169.452 mil em 31 de dezembro de 2021 (181.039 mil em 31 de dezembro de 2020). Os valores investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida no balanço patrimonial um passivo de igual valor. Este valor vem sendo apropriado ao resultado em base sistemática e racional durante a vida útil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Foram avaliados os critérios de contabilização e apresentação no balanço patrimonial e os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, em atendimento aos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistências Governamentais, ratificado pela deliberação CVM n.º 646/2010.

Em nossos exames, verificamos que não houve recebimentos de valores relacionados a subvenções nos exercícios de 2021 e 2020. Nós analisamos as movimentações ocorridas no período, que se referem a execução das obras de saneamento e esgoto.

c) Redução ao valor recuperável - Impairment

A Companhia possui registrado o montante em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 1.247.680 mil (em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 1.125.238 mil) referente a ativos imobilizados. A administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação.

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 12 (c), foi desenvolvido pela Companhia um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) sobre Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639, de 7 de outubro de 2010. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, a Companhia concluiu não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

Devido à relevância do total do ativo imobilizado da Companhia, e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da SANASA foi instituído na reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018. Sua constituição contempla 5 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

O CAE tem como objetivo atuar como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas, reportando-se diretamente ao referido Conselho e agindo com autonomia e independência no exercício de suas funções, pautando-se em:

- Opinar sobre contratação e destituição de auditor independente;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades nas áreas de controle interno, auditoria interna e elaboração das demonstrações financeiras;
- Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- Avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos de remuneração da administração, uso de ativos da Companhia, gastos incorridos em nome da Companhia;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e CAE em relação às demonstrações financeiras;
- Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar. Durante o exercício 2021, o CAE realizou 18 (dezoito) reuniões, em que foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributárias, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:
- Avaliação da integridade das demonstrações financeiras da Companhia;
- Avaliação dos pontos indicados no relatório circunstanciado de recomendações de melhoria da estrutura de controles internos emitido pela auditoria independente;
- Acompanhamento do plano de atividades da auditoria interna;

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade e a conclusão da Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n.º 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 19, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em virtude da complexidade e relevância das ações em andamento, além do elevado grau de julgamento requerido na avaliação e estimativas para a mensuração das provisões para passivos contingentes e impacto nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Avaliamos, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes, considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação), além do envolvimento de nossos especialistas tributários, trabalhistas e previdenciários na extensão que julgamos necessária para a conclusão das respectivas análises;
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós realizamos a leitura e não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 25 de março de 2022.

TATICCA Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio



Contador CRC-1SC20036/O-8-T-SP

599 KM DE REDES TROCADAS



DÁ PRA IR DE CAMPINAS A FLORIANÓPOLIS E AINDA SOBRA REDE

A Sanasa foi uma das pioneiras do país na criação de um programa de troca de redes de cimento amianto para PEAD (Polietileno de Alta Densidade), um material mais resistente e durável. Em 2021, batemos um recorde! Foram 150,73 km de redes substituídas, acumulando um total de 599 km de novas tubulações instaladas. Obras dessa dimensão mostram por que Campinas possui um dos menores índices de perda de água do Brasil: 20,57%, bem menor do que a média nacional que chega a 40,14%. É a Sanasa colocando sempre a vida e o bem-estar de todos em primeiro lugar.

 sanasaoficial
 sanasacampinas

 **SANASA**
CAMPINAS
A vida em primeiro lugar

 **PREFEITURA DE
CAMPINAS**